

# MULHERES-EDITORAS- INDEPENDENTES E OS GESTOS DECOLONIAIS NO DISCURSO E NA EDIÇÃO

FEMMES-EDITRICES-INDEPENDANTES ET LES GESTES DÉCOLONIAUX DANS LE  
DISCOURS ET L'ÉDITION

INDEPENDENT WOMEN EDITORS AND DECOLONIAL GESTURES IN DISCOURSE AND  
PUBLISHING

**Leticia Santana Gomes \***

Universidade Federal de Alfenas

**Giani David Silva \*\***

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

RESUMO: Neste artigo, adotamos uma perspectiva discursiva decolonial na análise de i) entrevistas semiestruturadas com três mulheres-editoras-independentes: Constanza Brunet (Argentina), Isabelle Pivert (França) e Ivana Jinkings (Brasil); ii) três catálogos editoriais da *Marea Editorial* (Argentina), *Éditions du Sextant* (França) e *Boitempo Editorial* (Brasil). A partir desses *corpora*, propomos suscitar questionamentos para uma Análise do Discurso contra-hegemônica e descentralizada. Para isso, trazemos a nossa postura em adotar as narrativas de vida como metodologia decolonial, já que, atualmente, uma abordagem que relaciona Análise do Discurso, a Interseccionalidade e a Decolonialidade podem ser ricas ferramentas para contribuir às teorias do discurso, devido ao seu dinamismo teórico, descentralizando-se de hegemonias conceituais. Propomos o conceito de “edição de si”, ancorados em uma perspectiva discursiva e editorial decolonial, que acompanha uma incompletude das mulheres-editoras-independentes e de suas casas editoriais.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso contra-hegemônica. Mulheres-editoras-independentes. Edição de si.

---

\* Doutora e Mestra em Estudos de Linguagens pelo CEFET-MG, sob orientação de Giani David Silva. Realizou Estágio Doutoral na Université Sorbonne Paris Nord, sob orientação de Marie-Anne Paveau. Atualmente, é professora substituta do curso de Letras da Universidade Federal de Alfenas – MG. E-mail: leticiasantanag@gmail.com.

\*\* Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É professora efetiva do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). E-mail: gianids@gmail.com.

RÉSUMÉ : Dans cet article, nous adoptons une perspective discursive décoloniale dans l'analyse i) d'extraits d'entretiens semi-structurés avec trois femmes éditrices indépendantes: Constanza Brunet (Argentine), Isabelle Pivert (France) et Ivana Jinkings (Brésil); ii) trois catalogues éditoriaux de Marea Editorial (Argentine), des Éditions du Sextant (France) et de Boitempo Editorial (Brésil). A partir de ces corpus, qui ne s'inscrivent pas dans une Analyse du Discours traditionnelle, nous proposons de soulever des questions pour une Analyse du Discours contre-hégémonique et décentralisée. Pour cela, nous apportons notre position en adoptant les récits de vie comme méthodologie décoloniale, puisque, actuellement, une approche qui relie l'analyse du discours, l'intersectionnalité et la décolonialité peut être un outil riche pour contribuer aux théories du discours, en raison de son dynamisme théorique, se décentrant des hégémonies conceptuelles. Nous proposons le concept d'édition du soi, ancré dans une perspective discursive et éditoriale décoloniale, qui accompagne une incomplétude des femmes-éditeurs indépendantes et de leurs maisons d'édition.

MOTS CLES: Analyse du discours contre-hégémonique. Femmes-éditrices-indépendantes. Édition du Soi.

ABSTRACT : In this article, we adopt a decolonial discursive perspective in the analysis of i) excerpts from semi-structured interviews with three women-independent publishers: Constanza Brunet (Argentina), Isabelle Pivert (France) and Ivana Jinkings (Brazil); ii) three editorial catalogues from Marea Editorial (Argentina), Éditions du Sextant (France) and Boitempo Editorial (Brazil). From these corpora, which do not fit in a traditional Discourse Analysis, we propose to raise questions for a counter-hegemonic and decentralized Discourse Analysis. For this, we bring our stance in adopting life narratives as decolonial methodology, since, currently, an approach that relates Discourse Analysis, Intersectionality and Decoloniality can be rich tools to contribute to discourse theories, due to its theoretical dynamism, decentring itself from conceptual hegemonies. We propose the concept of "self editing", anchored in a decolonial discursive and editorial perspective, which accompanies an incompleteness of independent women-editors and their publishing houses.

KEYWORDS: Counter-hegemonic discourse analysis. Independent women publishers. Self-editing.

## 1 INTRODUÇÃO

O livro – entendido como publicação que tenha a intenção de fazer circular publicamente –, até chegar a nossas mãos, está envolto de uma extensa cadeia editorial – autor/a, editor/a, preparador/a, diagramador/a, revisor/a, capista, *designer*, divulgador/a, isto é, por agentes e operações fundamentais para que as publicações sejam concretizadas. Esta investigação<sup>1</sup> parte dessa premissa, cujo papel central da cadeia editorial está na figura da mulher-editora-independente, entendida como mentora e gerenciadora das casas editoriais.

A pesquisadora Ribeiro (2019) afirma que, ao analisar um dos maiores livros sobre a história editorial brasileira – *O livro no Brasil* –, de Laurence Hallewell (2005), ao observar o índice remissivo da obra, encontrou pouquíssimas recorrências à palavra “editora” como mulher que edita, em uma obra com mais de 800 páginas. Já a palavra “editor” foi utilizada de diversas formas e vinculando a profissão apenas a registros com editores homens brancos. Nesse sentido, propomos uma discussão de cunho urgente a partir deste problema, já que há um silenciamento<sup>2</sup> sobre mulheres-editoras na historiografia da edição, que têm suas casas editoriais voltadas às publicações progressistas.

Assim, neste artigo, iremos analisar as entrevistas semiestruturadas realizadas com três mulheres-editoras-independentes e alguns títulos que incorporam os catálogos editoriais de suas editoras. Iremos estabelecer um paralelo entre os aspectos discursivos e editoriais, em uma perspectiva decolonial, a partir das narrativas de si em um contexto argentino, brasileiro e francês. Por meio do discurso autobiográfico de Constanza Brunet, da *Marea Editorial* (Argentina), Ivana Jinkings, da *Boitempo Editorial* (Brasil), e

<sup>1</sup> Este artigo está em consonâncias com as discussões e os dados obtidos a partir da tese de Doutorado *Mulheres-editoras-independentes e as edições de si*, 2022.

<sup>2</sup> O conceito de silêncio utilizado neste artigo está associado à percepção de Orlandi (2007), que desvela sobre os sentidos suscitados pelo não-dito, e afirma que a fonte primeira do sentido é o silêncio. Portanto, sem esse silêncio não há significação, sendo condição do sentido. Nesse entendimento, o silêncio é constitutivo, e coloca à frente do invisível, captado pela ausência.

Isabelle Pivert, da *Éditions du Sextant* (França), analisaremos as construções dessas “edições de si” produzidas por essas mulheres que editam e se, de fato, o trabalho delas é indissociável de suas narrativas de vida.

No movimento de escolha e justificativa para os nossos *corpora*, perpassado pelo critério de interculturalidade e, sobretudo, pela aproximação entre línguas com as quais as pesquisadoras têm familiaridade, instiga-nos saber a forma como os processos de colonização impactam, até hoje, o mercado de bens simbólicos e a cadeia editorial de livros em um contexto argentino, brasileiro e francês. Para isso, iremos nos calçar em um olhar decolonial sobre as práticas editoriais em vigor e, principalmente, trabalhar em uma perspectiva da Análise do Discurso que leva em consideração contribuições teóricas diversas, com atenção especial para teorias decoloniais e uma tomada de posição diante delas, dado que nossos *corpora* demandam essa mobilização. E neste sentido iremos incorporar os procedimentos que suscita a pesquisadora Marie-Anne Paveau (2022) com uma proposta decolonial à AD.

## 2 É POSSIVEL PENSAR UMA AD CONTRA-HEGEMÔNICA?

Em conferência realizada em março de 2022 para alunos ingressantes em um Programa de Pós-Graduação do Sul do Brasil, Paveau expôs as necessidades e as urgências que hoje a AD deveria priorizar, não mais demandas já debruçadas, mas de se posicionar na pesquisa e trazer aberturas contra-hegemônicas no sentido epistemológico. Nessa perspectiva, a palavra “discurso”, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é, assim, palavra em movimento, prática da linguagem.

Quando nos referimos às questões já debruçadas há décadas pela AD, referimo-nos, por exemplo, à concepção de sujeito, que não deveria ser central para os trabalhos que desenvolvemos atualmente. Hoje, uma abordagem que relacione AD, interseccionalidade e decolonialidade pode ser uma rica ferramenta para contribuir com as teorias do discurso, devido ao dinamismo teórico, descentralizando-se de hegemonias conceituais. Assim, poderíamos trazer uma ampliação a essa noção de sujeito: não mais sua posição, mas suas “posições” simultaneamente “múltiplas”<sup>3</sup>, que permitam a autonomia do sujeito, ou mesmo sua liberdade:

[...] Considero a interseccionalidade decolonial como uma *praxis*, ou seja, uma atividade de transformação prática da sociedade baseada em uma teoria com uma dimensão social e/ou política: ‘Pensar a interseccionalidade como uma *praxis* permite uma melhor articulação de sua especificidade como um modo de produção de conhecimento, que vai além da oposição habitual entre teoria e prática, e a inscreve no campo do conhecimento engajado com objetivos transformadores e emancipatórios’ (Bilge 2016: 81). Mobilizar a interseccionalidade na AD significa pensar ou repensar o aparato teórico e metodológico da disciplina com uma dimensão emancipatória, visando não apenas compreender e dar conta cientificamente das inscrições discursivas dos regimes de opressão, mas também identificar ou propor dispositivos linguísticos que permitam a autonomia do sujeito, ou mesmo sua liberdade. Levando em conta as multiplicidades do sujeito.<sup>4</sup>

Segundo a perspectiva adotada por Paveau (2022), recomenda-se, sob esse ponto de vista, descrever as condições em que hoje a AD se insere: pensá-la de forma contra-hegemônica, descentralizada e em uma epistemologia da metodologia que se respalda em tecnologias intelectuais, como métodos, ferramentas, estilos, condições materiais que possam contribuir diretamente para a produção de saberes. Paveau (2022) sugere também que os campos de trabalho e de inspiração da AD possam ser colocados, por

<sup>3</sup> Paveau (2022).

<sup>4</sup> Tradução nossa para: [...] je considère l’intersectionnalité décoloniale comme une *praxis*, c’est-à-dire une activité de transformation pratique de la société appuyée sur une théorie à dimension sociale et/ou politique: ‘Penser l’intersectionnalité comme *praxis* permet une meilleure articulation de sa spécificité comme mode de production de savoir, qui dépasse l’opposition usuelle entre théorie et pratique, et l’inscrit dans le champ des savoirs engagés aux visées transformatrices et émancipatrices’ (Bilge 2016: 81). Mobiliser l’intersectionnalité en AD veut dire penser ou repenser l’appareil théorique et méthodologique de la discipline avec une dimension émancipatrice, visant non seulement à comprendre et rendre compte scientifiquement des inscriptions discursives des régimes d’oppression mais également à recenser ou proposer des dispositifs langagiers permettant l’autonomie du sujet, voire sa liberté. La prise en compte des multiplicités du sujet<sup>4</sup>. (PAVEAU, 2022, *online*).

exemplo, na “linguística folclórica” (ou popular); na “epistemologia do ponto de vista”<sup>5</sup> (Teoria Crítica Feminista), no intuito de se fazer Ciências Humanas e Sociais sob o ponto de vista das mulheres, e não do grupo dominante na ciência, isto é, dos homens; nos feminismos negros, decoloniais e na filosofia africana, por exemplo. Nesse sentido, é notória a postulação que Paveau (2022) reforça sobre as tecnologias intelectuais. Elas coproduzem, diretamente, os saberes intelectuais. Essas tecnologias intelectuais contra-hegemônicas, reforçadas por Paveau, poderiam ser:

- i) “os métodos de aprendizagem”: o autodidatismo, tal como exemplificou na proposição “ferramentas do Mestre”, em Audre Lorde (1984);
- ii) *estilos de escrita científica*: aproximar a escrita acadêmica da autobiografia, ao utilizar as narrativas de vida como postura e metodologia decolonial, aqui fazemos referência ao estilo de Conceição Evaristo, da *escrevivência*;
- iii) *metodologias criativas*: possibilidades distintas do ponto de vista teórico e metodológico das geografias culturais contemporâneas em sua interpretação de mundos mais-que-humanos – termo utilizado para expandir os limites do olhar geográfico – e, dessa forma, podem ser adotadas metodologias experimentais, artísticas, narrativas, autobiográficas e literária, uma das referências é Hawkings (2013);
- iv) *política de citações e referências*: favorecer as traduções e a promoção de línguas não hegemônicas; lugares de publicação: publicar e apoiar locais de edição gratuitas, assim não contribuiremos ao capitalismo científico e colaboramos para uma democracia científica.

Ao propor essas questões para se repensar a Análise do Discurso, trazemos a perspectiva da decolonialidade para a nossa pesquisa, que pode ser uma rica ferramenta aos nossos *corpora*, que abordam sobre mulheres-editoras-independentes e tem um posicionamento feminista imbricado. A partir de questões latentes na sociedade, principalmente pensando em uma equidade de gênero, propomos abordar a decolonialidade como aparato ao discurso.

### 3 A DECOLONIALIDADE E O FEMINISMO

Há uma discrepância que incide ao gênero no campo editorial, sobretudo pela “falta” de discussões em um cenário que, contraditoriamente, é marcado por mulheres. Prova disso é o estudo realizado pelo pesquisador e historiador Sebastián Rivera Mir, que constata: “O espaço editorial latino-americano é marcadamente feminino. A maioria das pessoas que trabalham nele corresponde a mulheres (entre 65 e 70%, segundo alguns estudos, dependendo da área)” (RIVERA MIR, 2021, p. 41, tradução nossa)<sup>6</sup>. Sendo assim, nos questionamos: de que maneira é possível perceber a colonialidade que impacta o mercado editorial? De que forma é possível pensar em gestos decoloniais nas práticas editoriais? Há idiomas, autores/as, títulos, obras do Sul Global sendo publicados em editoras do Norte Global ditas independentes? São oferecidas a essas mulheres escritoras “meios” de serem publicadas? Estão sendo editadas obras que oferecem aos leitores uma reflexão contra-hegemônica e que priorizam questões coletivas, afrodescendentes, indígenas, dentre tantas outras temáticas?

Para abordarmos essa visão decolonial, é necessário, de antemão, trazer as constantes mudanças históricas que proporcionam outra visão epistêmica, sobretudo em relação ao gênero. Por meio de Franz Fanon (2020) e de Françoise Vergès (2020) – além de outros/as pesquisadores/as –, os estudos decoloniais começaram a ser incorporados no pensamento universal, no entendimento de “decolonialidade” como um processo histórico, de independência de mentalidade, de lutas contra o colonialismo, por uma libertação nacional. É, sobretudo, a luta por uma descolonização das instituições, dos saberes, das ideologias, dos afetos. Questões atravessadas pela ideologia colonial (poder, binarismos, gênero) são trazidas à tona pela perspectiva decolonial. Dessa forma, um feminismo decolonial é, primeiramente, “[...] antirracista, anticapitalista, antiimperialista, antiheteronormativo, antipatriarcal”

<sup>5</sup> Segundo Paveau (2022), a epistemologia do ponto de vista, desde 1970, questiona a hegemonia masculina no desenvolvimento do conhecimento. Em uma releitura do marxismo, esses teóricos do ponto de vista apostam no conhecimento como produto das relações de poder, que as experiências são pontos de partida para as ciências e que, a partir de perspectivas dos oprimidos, é possível criar relatos mais objetivos do mundo.

<sup>6</sup> Tradução nossa para: “El espacio editorial latinoamericano es marcadamente femenino. La mayoría de las personas que trabajan en él corresponde a mujeres (entre el 65 y el 70% según algunos estudios dependiendo del área)”.

(VERGÈS, 2020, n.p.); é, portanto, uma luta pela “decolonização de si”<sup>7</sup>. Ora, se a nossa pretensão é abordar, em certa medida, uma “edição de si” dessas mulheres-editoras-independentes, tal conceito vem em consonância com a nossa proposta de investigação, já que estamos reconfigurando e estabelecendo novas avaliações e versões de si.

Escutar e ampliar vozes mais vulnerabilizadas, sobretudo em pesquisas científicas, e identificar quais são as lutas desses sujeitos é um movimento decolonial. Assim como em Paris, há, em Buenos Aires e em São Paulo, muitos movimentos de vanguarda acontecendo e que se repousam na sociedade. Nossa tentativa também é dar visibilidade ao papel da mulher editora como protagonista nessa luta decolonial, em um desejo de igualdade e de liberdade de direitos, de uma ambição por equidade inextinguível.

Para isso, trazemos as contribuições sobre “feminismo decolonial”, que se deve à pesquisadora argentina Maria Lugones (2020a; 2020b). Entretanto, parte das contribuições epistêmicas desenvolvidas pela pesquisadora deve-se ao papel precursor do peruano Aníbal Quijano (2020), que aborda questões latentes sobre a decolonialidade, envolto ao poder, “[...] estruturado em relações de dominação, exploração e conflito” (LUGONES, 2020b, p. 54), que disputam âmbitos básicos da condição humana. Esse poder, também conhecido pelo poder capitalista, compõe-se de uma visão eurocêntrica, global e inserida em dois eixos: a colonialidade do poder e a modernidade.

Soma-se a essa conceituação em torno da colonialidade do poder a noção de raça, entendida como “[...] supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros” (QUIJANO, 2005, p. 117). As supostas distinções biológicas foram colocadas como elemento de desigualdade entre grupos, de maneira que a raça colonizadora era – e ainda é – a mais respeitável e superior; os/as indígenas, por exemplo, nem sequer formavam parte dessa sociedade. Os/as negros/as, sempre explorados, eram considerados uma raça, mas apenas porque mantinham a força de trabalho e o capital disponível aos colonizadores. Não foram apenas o vasto genocídio indígena e a classificação da população em raças que estavam imersas nos primórdios da colonização, mas uma violência da conquista e também epistêmica. Afinal, a Europa concentrou sua hegemonia em todas as formas de controle: “[...] da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento” (QUIJANO, 2005, p. 121).

Diante dessas questões, constatamos nos catálogos dessas casas editoriais importantes publicações que vão ao encontro dessa perspectiva decolonial ressaltada. No catálogo da *Boitempo Editorial*, no Brasil, por exemplo, títulos como *Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XXI*, de Domenico Losurdo, propõem uma associação fortemente demarcada entre capitalismo e colonialismo, entre marxismo e luta anticolonial e anti-imperialista, em um tom de combate à dominação colonial e racial. Encontramos outros títulos na *Boitempo* que abordam sobre os estudos pós-coloniais, com os livros de destaque do sociólogo Boaventura de Sousa Santos e de Franz Fanon, além de outras obras relevantes que estão em consonância com as perspectivas decoloniais. No catálogo da *Marea Editorial*, da Argentina, não encontramos títulos específicos que se debrucem, teórica ou reflexivamente, sobre a decolonialidade, mas publicações que abordam, de certa forma, temáticas consoantes. Por fim, na editora *Éditions du Sextant*, na França, verifica-se o título *La colonisation suivie du Massacre d’Ambiky par Paul Vigné d’Octon*, de Jean Grave. Essa é uma nova edição da obra que foi publicada, originalmente, em 1912, com a discussão sobre a relação entre colonizadores e colonizados e os modos de produção (burguesia x trabalhadores). Assim, explanamos alguns títulos que se afinam às postulações decoloniais que trazemos, mesmo que em pequenos gestos, com publicações que se propõem refletir sobre as medidas contra-hegemônicas e que priorizem questões coletivas.

Também investigamos se existem obras nos catálogos atuais das editoras de nossos *corpora* que se debrucem sobre a questão da raça e de pautas indígenas. Na *Boitempo*, encontramos alguns títulos, como *Mulheres, raça e classe*, de Angela Davis. Essa publicação continua tendo um êxito em capital simbólico e econômico para a editora, já que houve um grande número de tiragem e reimpressões. Há ainda o livro *Raça, nação e classe*, de Étienne Balibar e Immau El Wallerstein. Em relação à temática indígena, encontramos a obra: *A rima na escola, o verso na história*, de Maíra Soares Ferreira, que propõe a preservação da cultura popular

<sup>7</sup> Françoise Vergès instiga, de forma breve, que o processo pelo qual esses/as sujeitos/as refletem essa nova forma de pensar, de se reconfigurar por meio de outras visões epistêmicas contra hegemônicas, em uma postura de tentativas antirracistas, anticapitalistas, antitriarcal, é denominado de decolonização de si. Disponível em: *Um feminismo decolonial*, entrevista com Françoise Vergès. Disponível em: <https://bit.ly/3g9sJUb>. Acesso em: 06 jan. 2021.

afro-indígena. Na editora francesa *Éditions du Sextant*, encontramos as obras *Elisée Reclus ou la passion du monde*, de Hélène Sarrazin, que se aprofunda sobre uma sociedade livre; *Des Américains à Paris, de Benjamin Franklin à Ernest Hemingway*, de René Maurice, com um histórico dos migrantes, suas particularidades e anedotas de diferentes raças; por fim, *Traces: des adolescents en maison de redressement sous l'Occupation*, de Jean-Luc Einaudi, que trata sobre os judeus e o extermínio que sofreram. Com relação à temática indígena, não encontramos nenhuma ocorrência de publicação. Por sua vez, no catálogo da editora argentina *Marea Editorial*, encontramos duas obras que tratam sobre questões mais diversas, não necessariamente sobre raça: *Hasta ser vitória*, de Victoria Montenegro, que aborda uma das 500 bebês desaparecidas durante a Ditadura e teve sua identidade recuperada apenas depois de décadas; *Al gran pueblo argentino*, de Cecilia González, autora mexicana que conta o que é habitar Buenos Aires e como se sente sendo de outra nacionalidade. Dessa forma, nas três casas editoriais dessas mulheres-editoras-independentes temos alguns gestos de publicações que corroboram esse pensamento questionador.

Tendo em vista esse aparato teórico em torno da decolonialidade e da colonialidade do poder por meio de Quijano (2005), que influenciou fortemente a proposta conceitual de Lugones (2014; 2020a; 2020b), levantamos algumas distinções e críticas que Lugones faz sobre essas questões trazidas pelo pesquisador peruano. A primeira crítica se estabelece na medida em que, apesar de Quijano (2005) considerar que não há separação de raça/gênero – e o gênero também formando a colonialidade do poder –, apenas a colonialidade não é suficiente para abarcar o gênero em suas múltiplas manifestações. Como expõe a pesquisadora Ochy Curiel (2020) sobre Quijano (2005, p. 26), ele coloca o gênero como “[...] domínio fundamental da vida”. No quadro elaborado pelo peruano, não há “[...] elaboração sobre gênero como conceito ou fenômeno” (CURIEL, 2020, n.p.). Dessa forma, a postulação sobre gênero exposta por Quijano (2005) é de que ele entende o sexo como atributo biológico, que pode ser elaborado como categoria social, isto é, reduz o gênero à organização do sexo.

É válido enfatizar a contribuição imprescindível de Quijano (2005) aos estudos decoloniais, sobretudo para se engendrar o conceito de colonialidade do poder; no entanto, em relação ao gênero, seu ponto de vista é limitador. Reconhecer o gênero como uma imposição colonial afeta diretamente todo o ponto de vista já proposto por Quijano (2005). Por isso, podemos nos referir a uma “colonialidade do gênero”, tal como coloca Lugones (2014; 2020a; 2020b). Dessa forma, propõe: “Chamo a análise da opressão de gênero racializada capitalista de ‘colonialidade do gênero’. Chamo a possibilidade de superar a colonialidade do gênero de ‘feminismo decolonial<sup>8</sup>’” (LUGONES, 2014, p. 941). Para isso, denomina feminismo decolonial “[...] aquele que começa a tomar consciência do sistema de gênero baseado na dicotomia humano-não humano e na redução das pessoas e da natureza em coisas para o uso do homem e da mulher eurocentrados, capitalistas, burgueses, imperialistas” (LUGONES, 2020a, p. 95). Ressalta-se, portanto, o ponto imprescindível de sua perspectiva teórica: a experiência de mulheres colonizadas não é apenas racial, mas de uma determinação sexual. É a constatação do lugar colocado pela colonialidade da mulher no papel de não humana (a mulher não europeia): “[...] eu compreendo a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano como a dicotomia central da modernidade colonial” (LUGONES, 2014, p. 936).

Relacionar esses aspectos fundamentais trazidos por Lugones ao contexto editorial, ou melhor, a uma “responsabilidade editorial”, é pensar que a colonialidade de gênero não resistirá sozinha. Como alertou a pesquisadora, são necessários um entendimento e uma vivência de mundo compartilhada, que garantam ações afirmativas, no sentido de fazer algo em prol de uma comunidade, não se referindo a apenas indivíduos. Produzindo juntos, sem se isolar, é possível, segundo Lugones (2014), resistir a essa colonialidade dos gêneros. É dessa forma conjunta, por exemplo, que não dissociamos a edição como um trabalho político, já que é necessária uma interlocução para que títulos, obras e demais agentes da cadeia editorial possam andar de mãos entrelaçadas em (public)ações de peso na vida cotidiana, que irão impactar individual e coletivamente. Passaremos, adiante, a outras “camadas” de colonialidade.

Atrelado ao conceito de “colonialidade do poder” está outra importante postulação retomada pelo feminismo decolonial: a “colonialidade do ser”, proposta por Nelson Maldonado Torres (2007). Nessa perspectiva, o pesquisador alerta que a certas populações, dando destaque às indígenas e às afrodescendentes, a humanidade foi negada. Foram reincorporadas outras estruturas

<sup>8</sup> Não há uma posição unânime nas traduções para o português quanto ao uso de decolonial e descolonial. Optamos por utilizar o termo “decolonial” para enfatizar a distinção em descolonizar (verbo) e o sentido decolonial de uma luta contínua, não finalizada.

sociais, que deram outro sentido à existência imposta pelo cristianismo e pela modernidade. Segundo Ochy Curiel (2020), “[...] essa negociação do ser (Dasein) foi a justificativa para escravizar essas populações, tomar suas terras, promover guerras contra elas ou simplesmente assassiná-las” (p. 52).

Consequência dessa modernidade imposta está também em outra “camada” de colonialidade, a denominada “colonialidade do saber”, cujo modelo válido de produção de conhecimento – em suas diversas esferas – se dá pelo conhecimento racional, científico, técnico, e não por um ponto de vista que não seja neutro, objetivo, positivo. Tal como propõe Lander (2005), nesse mundo moderno, desigual e excludente, é preciso uma desconstrução e questionamentos em torno do que nos foi dado como saberes.

Por ter o conhecimento científico eurocentrado como unânime nos saberes, as experiências exteriores e diferentes dos povos europeus foram negadas, ocultadas ou subordinadas. Portanto, o conhecimento científico universalmente aceito é o eurocêntrico, negando toda e qualquer manifestação que não corresponda às ciências produzidas lá. Dessa forma, a colonialidade do saber sugere que os saberes indígenas (relação com os saberes, métodos de pensamento, métodos de desenvolvimento do conhecimento, critérios de legitimidade) e os corpos de saberes constituídos (saber médico, botânico, intelectual etc.) foram invalidados e erradicados pelos colonizadores e substituídos por epistemes e corpos de saberes europeus.

Tendo em vista essa crítica à colonialidade do saber, que também nos rodeia, fizemos um breve levantamento das características dos/as autores/as publicados/as nas três editoras e as temáticas recorrentes produzidas por eles/as. Há um tipo de publicação mais local ou europeizado? Na *Marea Editorial*, é considerável o número de autores/as com publicações cujas temáticas são, prioritariamente, relacionadas à política da Argentina. Nesse sentido, não encontramos publicações majoritárias com autores/as europeus. Já na *Boitempo Editorial*, do Brasil, há outra reconfiguração, com a presença de uma internacionalização de autores/as e de temáticas, com abordagens que retratam um contexto europeu, o que projeta essa editora para outros territórios. No entanto, a maioria das obras publicadas com caráter contestatário está inserida por autores/as do Sul Global, principalmente brasileiros e novos nomes, com destaque aos marxistas. Por fim, a editora *Éditions du Sextant*, embora inserida em um contexto europeu, tem em sua vertente obras anarquistas que refutam o pensamento eurocêntrico, além de contar com autores do Sul Global inseridos em seu catálogo atual.

Posto isso e diante das referências expostas anteriormente, demos visibilidade aos referenciais de cunho decolonial que apontam a “colonialidade do poder” (QUIJANO, 2005), “de gênero” (LUGONES, 2020a; 2020b), “do ser” (MALDONADO TORRES, 2007) e “do saber” (LANDER, 2005). Em relação ao discurso, Paveau (2022) também incorporou em suas investigações tais conceitos e propôs a noção de “colonialidade do discurso”:

Proponho a seguinte definição: a colonialidade do discurso designa a dimensão opressora implantada por falantes femininas em suas produções discursivas, dimensão que declina formas de dominação baseadas nas relações raciais, da exploração à desumanização passando pela invisibilização e estigmatização. Essa dimensão opressora passa por um extenso repertório de dispositivos de linguagem e discurso. O todo forma um sistema de significado que organiza toda a sociedade, a partir da experiência e memória da colonização, tanto no Norte Ocidental quanto no Sul Global. A colonialidade do discurso diz respeito a todos os discursos, incluindo o discurso científico. Nesse sistema de significação, escolho os dois exemplos de nomeação e subjetividade, que me parecem bons laboratórios para mostrar que os mecanismos de opressão não constituem exteriores do discurso, mas estão bem inscritos na linguagem e no discurso. (PAVEAU, 2022, online, tradução nossa)<sup>9</sup>

Nesse sistema de significação trazido pela pesquisadora, apontamos os exemplos de nomeação que podem ser recursos operacionais e reflexivos diante da atribuição de um *corpus* que estabelece um percurso metodológico e teórico nas vias da AD contra-hegemônica. Uma dessas categorias analíticas de nomeação é a “autonomasia opressiva”, isto é, falar do nome próprio de uma pessoa comparada a outra que seja branca e/ou homem, por exemplo. Uma mulher famosa/competente, comparada a um homem em seu campo, tal como exemplificou Paveau durante uma aula:

<sup>9</sup> Tradução nossa para: “Em francês”.



Figura 1: Autonomasia opressiva<sup>10</sup>

Fonte: Obtida durante aula de Paveau (2022)

A estratégia utilizada para anunciar a escritora é colocá-la em comparação com um homem que já alcançou legitimação, marcando a colonialidade de gênero e de discurso. Há também a “exatidão lexical”, que implica mobilizar denominações em conformidade, com uma “verdade” compartilhada no mundo, reconhecida coletiva e intersubjetivamente. Isso implica questionar versões lexicais opressivas, desiguais, por exemplo, a utilização de norte-americanos, apagando outras realidades geográficas que não os Estados Unidos. Há também a “desespecificação lexical”, que consiste em substituir uma palavra ideologicamente carregada de conflito ou um tabu por um “pseudo-sinônimo” ou um hiperônimo, de forma a considerar seu sentido mais aceitável socialmente. Um exemplo é o substantivo axiológico “diversidade”, que aparece em ditos como “resultado da diversidade”, “carta da diversidade”, “política da diversidade”, para se referir às origens migratórias, em um contexto francês, mas não diz o nome dessas “minorias”.

A partir desse panorama, observamos a postura teórica, inovadora e engajada que a pesquisadora francesa suscita. Utilizando-se de uma projeção e de um lugar de pesquisadora-militante, embora com todos os inúmeros privilégios desse lugar de inscrição, Paveau mostra que esse posicionamento não é ir na contramão da cientificidade, muito pelo contrário, é mostrar um *continuum* e uma complementariedade ao que já nos debruçamos ao longo dos anos na AD.

#### 4 PENSAR O DECOLONIAL NO DISCURSO E NA EDIÇÃO

Em consonância às questões trazidas por Paveau (2022), apontamos a *práxis* subjetiva como ferramenta metodológica na AD contemporânea contra-hegemonica, já que estamos nos pautando em sujeitos múltiplos e nas suas condições de existência, suas posições, principalmente ao retrarmos vivências singulares de cada mulher-editora-independente entrevistada. Dessa prática, utilizamos as narrativas de vida como postura e metodologia decolonial.

Em texto de introdução para a revista *Semen*, a analista do discurso Sandra Nossik (2014) já apresentava um levantamento acerca das entrevistas biográficas e suas aproximações nos campos discursivo e sociológico desde o fim dos anos 70, com o trabalho precursor de Daniel Bertaux (1997) sobre um modelo que contempla a perspectiva etnossociológica da entrevista. Esse traçado sobre as narrativas de vida, no entanto, também vem sendo incorporado e acrescido a partir dos estudos da pesquisadora brasileira Ida Lucia Machado (2016).

Essa metodologia etnossociológica de Bertaux (1997) apresenta uma interação face a face com o/a entrevistado/a, denominada *récit de vie*, e corresponde ao estudo de um relato oral que se desenvolve em torno de um eixo central: o percurso vivido – no qual se encadeiam eventos, ações e interações sociais. Como propõe o sociólogo, a narrativa de vida é caracterizada pela “[...] descrição narrativa de um fragmento de experiência vivida” (BERTAUX, 1997, p. 9). Esse método proposto pelo sociólogo, do/a

<sup>10</sup> Tradução nossa: “Ela é apelidada de ‘Salinger da geração Snapchat’. Com apenas 30 anos, Sally Rooney é a nova figura da literatura anglo-saxônica”.

entrevistado/a contar a sua vida ou parte dela, propicia maior liberdade para se narrar esse processo. O ponto fundamental nessa questão sustentada por Bertaux (1997) é de que esse é um processo de construção de si, ponto de interesse também da AD, já que estamos nos referindo a uma construção discursiva. É por meio desses discursos que organizamos uma lógica social, com diferentes posições, relações de poder e hierarquias.

Nessa perspectiva, também ancoradas em Machado (2016), consideramos que o narrar sobre si é como um processo de consertar, podar o que nos convém, e, por meio do relato, reconstruímo-nos e nos reinventamos, tanto no presente, quanto no passado. Esse ato de contar sobre a própria vida nos obriga a voltar ao passado e a descrever esses acontecimentos, mas nem sempre é um processo de rememoração fácil, é preciso um processo de “diegese”<sup>11</sup>, e tentar alinhar os fatos de forma mais coerente. Na infância, como Machado (2016) destaca, há maior esforço para tentar (re)construir essas narrativas, já que elaborar um passado “correto” pode ser também efeitos da narrativa, dependendo de como o encaramos. A narrativa de si, portanto, surge como um “[...] equilíbrio feito pelo sujeito-narrador entre seu testemunho do factual incrementado por fatores ficcionais” (MACHADO, 2016, p. 80).

Dessa forma, é a materialidade discursiva das narrativas, demonstrada no discurso dos/as enunciadore/as, que será objeto de estudo do analista do discurso. Também deve ser levado em conta o contexto social, material e interacional que essa narrativa foi construída: em entrevista semiestruturada, ressaltando os diferentes dispositivos (virtual ou presencial), local em que foi realizada, entre outros aspectos. Dessa forma, observa-se “[...] a forma simbólica – e principalmente linguística – como [os sujeitos] contam suas histórias”<sup>12</sup> (NOSSIK, 2014, n.p. *apud* DEMAZIÈRE; DUBAR, 1997, p. 304).

É também nesse caminho que pretendemos questionar as possíveis “edições de si”, em que o falar sobre a própria vida abre espaço para diferentes versões de si. Essas enunciadoras mulheres-editoras-independentes irão utilizar-se de diferentes indicadores e marcações axiológicas para retratar a temporalidade de seus aparatos linguísticos reveladores de suas subjetividades. No ato de enunciação, até transformar a apropriação da língua em discurso, há graus de subjetividades expressos nos ditos das enunciadoras. Por se tratar de narrativas de vida, o modo de narrar cada experiência deve ser único.

Reiteramos alguns pontos de destaque sobre entrevistas (auto)biográficas incorporados à pesquisa acadêmica, trazidos por Florence Piron (2019). Nessa perspectiva, a utilização de relatos de vida, segundo ela, é muito mais do que uma técnica de coleta de dados qualitativos, podendo se tornar uma ferramenta de mudança social e incorporar questões coletivas, como a luta contra o racismo e/ou a violência de gênero. Permite-se, ademais, que se exponha e implante o conhecimento de pessoas “comuns”, em um contexto de subalternização, e pode ser um meio de resistência às injustiças epistêmicas coletivas. Além disso, se pensarmos em uma perspectiva discursiva, a entrevista na pesquisa é ferramenta para se incorporar diferentes sujeitos e analisar de forma interseccional as diversas dimensões da vida humana (classe, sexo, sexualidade, raça, saúde, idade). É, portanto, uma entrada decolonial e interseccional a incorporação de entrevistas na pesquisa, já que, pode ser “meio” para entender as multiplicidades dos sujeitos e as desigualdades de raça, gênero, classe social e geração que se interseccionam, além de ampliar os dizeres para além de um discurso científico opressor legitimado como regime de verdade e colonizador do conhecimento.

Podemos acrescentar a essa metodologia decolonial advinda de narrativas de vida o conceito de *escrevivências*, a partir da escritora brasileira Conceição Evaristo (2005), que seria quando traços da vida cotidiana são narrados, descritos ou inscritos de uma forma mais genuína, ou mais literária, embargados pelo tom da opressão, do racismo, do sexismo. Traços marcados na pele de quem é tocado por todos os níveis de vulnerabilidade. Dessa dor mulher-pobre-negra, a urgência e a esperança da escrita: “É preciso comprometer a vida com a escrita ou é o inverso? Comprometer a escrita com a vida?” (EVARISTO, 2005, n.p.). Reforçamos o uso do conceito de “escrevivência”, isto é, a fusão das palavras escrever e vivência, como um dos graus simbólicos de decolonialidade em nossa academia brasileira. Prova disso é o tom social que Evaristo (2022) dá a esse conceito: “[...] ‘escrevivência’ não é uma escrita de

<sup>11</sup> Na Teoria Literária, Gérard Genette (2008) considera a “diegese” uma associação de acontecimentos narrados em uma cronologia espaço-temporal. Também ramifica tal conceituação em narradores: i) homodiegético (personagem participante na história que narra); heterodiegético (narrador não participante de uma história narrada); autodiegético (narração do próprio protagonista da história).

<sup>12</sup> Tradução nossa para: “la forme symbolique – et d’abord langagière – dans laquelle [les sujets] se racontent” (NOSSIK, 2014, s/p. *apud* DEMAZIÈRE; DUBAR, 1997, p.304).

si, não é uma autoficção; é um texto que não se esgota em um sujeito particularizado, e sim um texto que se esgota e se confunde com um sujeito coletivo” (COSTA, 2022, n.p.)<sup>13</sup>.

Atribuímos a “escrevivência” em Conceição Evaristo como um instrumento decolonial, biográfico, em que narrar/escrever sobre a vivência patêmica de uma vida seja um gesto de libertação e de resistência. A esses gestos (auto)biográficos é importante apontar em outras escritas científicas e também acadêmicas que podem ser incorporadas a esse estilo. De alto e bom tom, Evaristo (2005) enuncia: “[...] a nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (n.p.). Contar histórias sempre foi função associada às mulheres, habitualmente; às mulheres negras, então, apenas uma repetição de histórias. Hoje, é a sua própria história sendo contada e fazendo ecoar entre classes, “escrevivência” é um conceito, mas que traduz uma prática sempre presente. Esse conceito não deixa de ser uma metalinguagem, e Evaristo, consciente do seu ponto de vista, consegue abarcar a perspectiva, o olhar, a experiência como mulher e dizer: escrever e narrar é vivência.

Antes de adentrarmos aos nossos *corpora*, trazemos o conceito de *ethos* discursivo como aparato teórico-metodológico, que proporciona compreender acerca da construção da imagem de si no discurso, como é o processo de adesão dos sujeitos, e uma discursivização de uma dada visão sobre o mundo. A noção do *ethos* também está ligada ao comportamento, e pressupõe toda uma complexidade psicossocial dos sujeitos enunciadore. Vejamos com mais afinco essa noção que nos auxilia a pensar em uma possível “edição de si”.

## 5 O ETHOS DISCURSIVO

O analista do discurso Dominique Maingueneau (2020) atribui à pesquisadora Ruth Amossy, em sua obra *Imagens de si no discurso: a construção do ethos* (2005), a forte visibilidade do conceito e das pesquisas em torno do *ethos*. É de se ressaltar o caráter transformador dessa obra, que conseguiu reunir uma cartografia em torno do conceito.

Tomamos a noção de *ethos* a partir da retórica tradicional como a forma reveladora que o sujeito incorpora e se revela por meio da enunciação. Mas esse espectro do *ethos* se amplia da visão aristotélica, pois existe um tom que dá autoridade ao que é dito e escrito. É sob essa perspectiva que caminha o analista do discurso Maingueneau (2020). Diferentemente de outros pesquisadores<sup>14</sup>, o francês inscreve a noção de *ethos* atrelada à incorporação. Dessa forma, o ganho com a perspectiva de Maingueneau (2020) se dá por não se concentrar o *ethos* à oralidade (traço comum da retórica). Para isso, vence a dicotomia entre o oral e o escrito, e passa a incorporar um “[...] corpo anunciante [...] considerado como um *fiador* que, por seu *tom*, atesta o que é dito (MAINGUENEAU, 2020, p. 14, grifos do autor).

Como postula Maingueneau (2004, p. 98), “[...] esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciado (e não, evidentemente, do corpo do autor efetivo)”. Isto vale tanto para o escrito quanto para o oral. Essa instância subjetiva é chamada de “fiador” do que é dito. A figura do fiador, portanto, é uma concepção “encarnada” do *ethos*. Deve-se pontuar o universo de sentidos que pode ser atribuído discursivamente por meio do *ethos* e das ideias pelas quais se pode transmitir. Essas ideias se apresentam e suscitam a adesão do leitor porque a “maneira de dizer” implica uma “maneira de ser” (MAINGUENEAU, 2004, p. 99).

Ainda de acordo com a perspectiva *ethótica* sustentada por Maingueneau (2008), atribuímos que essa noção se desenvolve de forma articulada à de cena de enunciação<sup>15</sup>. Para o pesquisador, o *ethos* está ligado à enunciação, não a um saber extradiscursivo sobre o enunciado, que irá se desdobrar no registro do mostrado e do dito. Nesse sentido, o público constrói representações do enunciadore

<sup>13</sup> Disponível em: <https://bit.ly/3XgmrTF>. Acesso em: 20 maio 2022.

<sup>14</sup> Maingueneau (2020) ressalta alguns autores que utilizam a noção de *ethos* com algumas diferenças, a saber, Marcelo Dascal, que integra o conceito a uma “retórica cognitiva”, fundamentada na pragmática; Ruth Amossy, que constrói um quadro teórico a partir de Erving Goffman, em torno de uma apresentação de si.

<sup>15</sup> A noção de *ethos* para Maingueneau (2004) está associada à cena de enunciação, que integra três cenas: i) cena englobante: tipo de discurso; ii) cena genérica: contrato associado a um gênero; iii) cenografia: não é imposta pelo gênero, mas construída pelo próprio texto.

antes mesmo que ele fale. É por isso a primeira distinção que Maingueneau faz acerca do “*ethos* discursivo” e do “*ethos* pré-discursivo”. O primeiro se refere à noção aristotélica, pela qual o autor se volta à atenção. O fato de um coenunciador não saber, previamente, o caráter do enunciador, não significa que ele não saiba, por exemplo, a qual gênero discursivo pertença ou certo posicionamento ideológico. Em termos pragmáticos, “[...] o *ethos* se desdobra no registro do ‘mostrado’ e, eventualmente, no do ‘dito’”. (AMOSSY, 2004, p. 70 *apud* MAINGUENEAU, 2020, p. 37).

No entanto, Maingueneau (2008) pondera que, apesar de o *ethos* estar ligado fortemente ao ato de enunciação, ele existe antes mesmo que o enunciador fale. Assim, há o “*ethos* discursivo” e o “*ethos* pré-discursivo”.

- o *ethos* é uma noção discursiva, ele se constrói através do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior a sua fala;
  - o *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro;
  - é uma noção fundamentalmente híbrida (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica.
- (MAINGUENEAU, 2008, p. 17, grifos no original)

Com essa abordagem em torno do *ethos*, percebemos o quanto se avançou e se investiu no conceito para as mais diversas áreas. Enquanto na retórica a noção estava reservada a um tipo de prova argumentativa, hoje o *ethos* é uma forma de enriquecimento metodológico e de possíveis respostas aos nossos questionamentos. Em consonância aos estudos interdisciplinares, o *ethos* atrelado às narrativas de vida caminha como operador analítico, sistemático e ferramenta para essas possíveis “edições de si”.

## 6 AS MULHERES-EDITORAS-INDEPENDENTES

Todas as mulheres-editoras-independentes selecionadas são reconhecidas pela especificidade na produção e difusão literária, e isso se deve ao fato de estarem em uma posição de criadoras de suas casas editoriais, como já mencionado, e pela representatividade que a Argentina, o Brasil e a França assumem no contexto editorial – embora existam contrastes significativos editorialmente nesses países (cultura, língua, investimentos), é necessário situarmos o papel de difusão de obras, autores/as, editores/as, que se tornaram legitimados em todo mundo nesses lugares. Essas mulheres-editoras-independentes buscam fazer com que as publicações de suas casas editoriais possam chegar a outros territórios, não apenas aos lugares de origem. Ademais, o critério de interculturalidade, como intercâmbio cultural entre as sociedades, prevalecendo a diversidade que há, sustenta a justificativa para essas escolhas. Buenos Aires, Paris e São Paulo podem ser descritas como “capitais editoriais”, termo usado por Muniz Jr. (2016), que vem ao encontro do que compreendemos como o funcionamento desses espaços editoriais, pois entendemos que tais escolhas ocupam capitais simbólicos expressivos em um cenário de publicações para mulheres-editoras-independentes. Devemos ressaltar que nessas capitais editoriais elencadas na pesquisa há pesos diferentes (de publicações, de agentes, de número de casas editoriais, de histórico colonizador, dentre outros aspectos).

Passaremos, então, a um breve histórico das casas editoriais e das mulheres-editoras, em seguida, expomos trechos da entrevista em que perguntamos se era possível viver como editora de livros em um contexto específico de cada país.

### Constanza Brunet – Argentina

Tendo em vista o contraste argentino frente ao brasileiro, embora próximos geograficamente, mas com diferenças históricas significativas, a mulher-editora-independente escolhida foi Constanza Brunet, da *Marea Editorial*, com uma vertente fortemente atrelada às ideias marxistas e leninistas, de apoio a movimentos sociais feministas e LGBTQIA+, que são ressaltados no catálogo de sua editora. Com formação em Jornalismo e Ciências Políticas, a argentina Constanza Brunet sempre se dedicou ao jornalismo gráfico e, antes de criar a sua própria casa editorial, começou a trabalhar com edição de livros. Deslumbrada com o ofício, criou a *Marea Editorial*, em 2003, estreando com publicação de jornalistas argentinos de prestígio, livros de não ficção e ensaios. Posteriormente, a mulher-editora-independente já recebeu prêmios de colegas livreiros que apreciam as obras de sua casa editorial.

Afirma que é um trabalho bastante solitário, pequeno e de um lugar muito artesanal, no qual se destacam a qualidade das edições, o compromisso ideológico e os valores com os temas da realidade, dos direitos humanos e da democracia.

Em relação à descrição sobre a sua casa editorial, afirma: “A linha editorial da minha editora tem a ver com os meus interesses, com as minhas profissões, com os meus diferentes estudos, é uma linha editorial bastante particular”. Dessa forma, percebemos uma personificação entre mulher-editora (pessoa física) e casa editorial, marcando uma projeção ethótica de precursora, de pioneira, marcas também dessa “edição de si”, em que há uma convergência entre discurso editorial e as publicações realizadas pelas próprias mulheres-editoras-independentes.

Pesquisadoras: é possível viver como editora de livros na Argentina?

Bem... é muito difícil... não... essa é a realidade. É muito difícil... editores... em geral... muitas vezes acabamos gastando muito mais dinheiro do que você sai. Se você tiver sorte, pode continuar mais ou menos jogando a roda e... é muito difícil... exceto, como eu disse, uma editora que é exclusivamente um catálogo comercial, cultural... mas... é assim em todo o mundo. Não acho que seja só na Argentina. Penso que em outros países é claramente subsidiado pelo Estado, porque se entende que a bibliodiversidade e a existência da bibliodiversidade, ou seja, a diversidade de ideias é algo que o Estado deve garantir.

Constanza Brunet utiliza o adjetivo axiológico bibliodiversidade, significativo para se pensar os valores ao campo editorial independente. Ao colocar a bibliodiversidade, há uma projeção de compromisso com uma diversidade de livros publicados. Sobre esse conceito de independente no contexto editorial, utilizamos a definição de Colleu (2007), cuja noção aplica o conceito de biodiversidade ao livro, ou seja, remete à diversidade de produções livreiras disponíveis ao público que essas editoras sustentam. Dessa forma, atrelamos a bibliodiversidade – esse fazer editorial que tende a uma diversidade de gêneros textuais, de produções editoriais múltiplos – que é estimulada por Constanza, na Marea Editorial, como marca de um movimento decolonial no campo editorial, já que se incorporam temáticas argentinas, e não apenas do Norte Global, diversificando gêneros textuais, autores/as e publicações.

A pergunta que fizemos a todas mulheres-editoras-independentes, se é possível viver dos livros nas cidades em que estão inseridas, é respondida por Constanza com o advérbio de intensidade: *muito difícil*. Descreve que já investiu muito mais que recebeu, colocando-se em um lugar e um posicionamento de independente. Em relação a outros casos, como nos grandes grupos, ela não se refere dessa forma. Brunet diz ainda de uma questão importante do ponto de vista político, que o Estado deveria garantir essa bibliodiversidade. Postura que Isabelle Pivert, da França, também sustenta, mas não é o posicionamento de Ivana Jinkings, no Brasil, por exemplo; para esta, ser independente é se desvincular do Estado. Portanto, há aqui visões e projeções distintas do independente, mas ambas estão nessa projeção ethótica da independência, bem como de suas casas editoriais. Há uma descrição e uma voz de protesto, no caso de Constanza, de que se deveria investir mais, apostar na cultura no contexto argentino.

### **Ivana Jinkings – Brasil**

Filha de um militante comunista, Raimundo Jinkings, Ivana costuma dizer que praticamente nasceu dentro de uma livraria, já que seu pai teve um papel de resistência em Belém, no Pará, ao criar uma livraria (dentro da própria casa) e disseminar livros entre a população. Raimundo fundou a Livraria Jinkings em 1965, ao lado da esposa, que era formada em Letras, Isa Tavares, mãe da Ivana. O local logo virou o estabelecimento principal de muitos filósofos e estudantes. Nessa época, Raimundo Jinkings chegou a ser preso várias vezes, tendo ainda alguns livros apreendidos, mas não deixou a função de livreiro de lado. Mais tarde, uniu-se ao amigo Carlos Augusto da Silva e fundou uma editora marxista, a *Boitempo*.

Essa primeira *Boitempo*, no entanto, não foi a mesma criada pela filha Ivana, que seguiu outros rumos. Ivana teve sua formação acadêmica em Biologia, na Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém. Logo depois, mudou-se para São Paulo com a pretensão de trabalhar com genética, área de seu maior interesse – até então. No entanto, os caminhos a levaram a trabalhar em uma casa editorial quando chegou a São Paulo. Mais tarde, com alguma experiência jornalística, fundou sua própria casa editorial, a *Boitempo*, nome dado em homenagem ao pai, que havia escolhido tal nome em referência a um poema de Drummond, marcando esse nome de memória. Jinkings é atuante no mercado editorial independente, tendo sido uma das criadoras da Libre – Liga Brasileira de Editores, da qual não participa atualmente porque, segundo ela, a entidade não cumpria o papel de instituição em sentido coletivo, mas apenas burocrático. Sobre os aspectos que se relacionam a essa “edição de si”, em que se imbricam as suas

narrativas de vida à vocação profissional, percebemos algumas marcas e projeções ethóticas de personificação: “Bom, eu meio que nasci dentro de uma livraria”; e mesmo não tendo um desenvolvimento acadêmico específico na área editorial, a formação política fez com que se direcionasse a esse tipo de publicação progressista: “Nesse meio tempo eu também tinha ligação na época com o Partido Comunista Brasileiro, eu militava no partido nessa época”. No dizeres de Jinkings, percebe-se um *ethos* de compromisso, tal como é possível observar a seguir:

Pesquisadoras: É possível viver como editora de livros no Brasil?

Jinkings: Olha, é super possível, né... eu sempre conto que quando eu resolvi abrir a editora, eu fui fazer... várias conversas, assim, com várias pessoas, fui com... um cara da Ática que eu conhecia, outras pessoas que... de outras editoras, gente que trabalhava, que já trabalhou, fiz várias conversas e assim... foi incrível, assim, porque não foi uma coisa mais ou menos, todo mundo foi unânime em dizer: “putz, não faça isso, vai fazer outra coisa, editora não dá certo”, imagina... (...) No começo eu tinha uma reserva, um pouco, fundo de garantia, meu pai me ajudou muito no começo, eu lembro que as primeiras despesas com livro ele me ajudou a pagar, e no começo eu fazia, ainda, fazia freelas, assim... vivia um pouco da Boitempo, um pouco desses freelas, mas já há muitos anos eu vivo, né, muito tranquilamente na Boitempo...

Apesar de um imaginário de desafio, de dificuldade, de empecilhos no senso comum brasileiro e por parte de quem Ivana conversava antes de abrir a casa editorial, a unanimidade discursiva era “não faça isso”, no sentido de não começar no ramo editorial. No entanto, ela fala justamente o contrário. Nesse aspecto, há um contradiscurso, já que ela afirma sem titubear como “é super possível”, com entusiasmo e efusão, adentrar o campo editorial. Ivana elenca uma série de vezes que incentivaram o oposto: “editora não dá”; “não faço nunca”. Mas ela aposta no risco e expõe a sua condição financeira e social permitida pela *Boitempo*: “eu vivo há muitos anos, inteiramente, da Boitempo”. Percebe-se, assim, as contradições do campo editorial, já que há narrativas singulares e subjetivas em torno do que é publicado e a dinâmica em torno das casas editoriais, mesmo em um contexto brasileiro.

### Isabelle Pivert – França

Isabelle Pivert, francesa, nascida em 1962, teve a sua formação em Economia, na Escola de Altos Estudos Comerciais de Paris. Atuou como conselheira em multinacionais e, mais tarde, envolveu-se em associações, como gerente administrativa. No início dos anos 1990, ingressou em ações humanitárias, como o Médico Sem Fronteiras (MSF), passou um tempo na Romênia e decidiu, no fim dos anos 1990, ter sua própria casa editorial, voltada para publicações que relacionam Economia e Humanidades, por meio de críticas sociais. Desde muito nova, reconhece o caráter passional que a movia pela leitura e pelos livros. Além de mulher-editora-independente, é também escritora, tendo publicado em sua própria casa editorial livros de impacto, como *Plan social; Soleil capitaliste; La création de valeur pour l'actionnaire ou la destruction de l'idée démocratique; La conquête du pain; e L'entraide, un facteur de l'évolution*. Pivert durante a entrevista diz sobre a sua transição do mercado financeiro ao editorial, marcado por um momento de forte reconfiguração de si: “A transição foi deixar o mundo das multinacionais privadas e lucrativas para ir para o trabalho humanitário, Médicos Sem Fronteiras, portanto... e acho que foi uma transição que me levou... a redescobrir minha paixão de infância”. Nesse sentido, percebemos o *ethos* de coragem, de humanidade, e também uma personificação, traços dessa “edição de si” que percebemos marcas de si no catálogo de sua casa editorial.

Pesquisadoras: É possível viver como editora de livros na França?

Na França, não é fácil ganhar a vida como editora, muitas editoras têm outras atividades, por exemplo, podem ser revisores, podem ser tradutores para outras editoras. E porque leva muito tempo, publicar é muito demorado, mas sim, sim, você pode tentar, o mais difícil é realmente ganhar a vida com isso, porque você sabe que um dia você pode muito bem fazer um livro que funciona muito bem, e depois tudo está bem, e depois, outras vezes... É preciso ser astuto, reduzir o número de publicações para não perder muito dinheiro enquanto isso, mas é... é uma paixão, o essencial, digo para uma editora é... é para durar, é para estar lá em 20 anos, que a empresa ainda existe. Agora, sim, eu posso, é perfeitamente compatível com o papel de mãe. Portanto, sim, mesmo que isso demore muito tempo. Agora eu cresci, eles são estudantes...

Isabelle Pivert expõe o contexto sociológico de se viver como mulher-editora-independente na França, sobretudo em Paris, local em que reside e que há outras inúmeras casas editoriais independentes. Há uma descrição de atividade correlata ao trabalho de editor/a, assumindo outras funções para o próprio sustento. O campo semântico utilizado remete à dificuldade, demora, a negação

de que é fácil, e que o/a editor/a deve ser astuto/a, ter um cuidado para não perder dinheiro. Há um não dito, captado pelas reticências na sequência discursiva: “depois tudo está bem, e depois, outras vezes...”, mas que damos significação, marca silenciada da dificuldade em se trabalhar e sobreviver como pequena editora independente, mesmo inserida em um contexto europeu, que marca a contradição e ambivalência que perpassa o campo editorial dito independente.

Reitera dizendo que “há 18 anos atrás, fiz a escolha de trabalhar somente com pessoas independentes, não tenho funcionários (...) Na edição, há muitas pessoas que são autônomas, e em publicações na França, há muitas pessoas assim”. Pivert assume um posicionamento restritivo em quem escolhe para trabalhar em sua casa editorial: somente profissionais independentes. Dessa forma, compartilha um imaginário e um fazer editorial ligado a uma rede, traço característico de editores/as que se intitulam independentes. Essa projeção ethótica (devido ao contexto europeu), de independência e de postura tanto de pessoa física, quanto jurídica está posta ao utilizar um campo semântico da flexibilidade, autonomia, liberdade, parceria, não hierarquia.

Pivert confessa sua paixão como essencial ao ofício. Também tem o papel social de mãe, e afirma ser possível conciliar essa posição. No entanto, percebemos uma projeção de resistência, ao enfatizar os 20 anos de existência da casa editorial, conciliando paixão para fazer “durar”, para permanecer em atividade.

Em relação aos catálogos da *Boitempo*, *Marea* e *Éditions du Sextant*, fizemos um levantamento sobre os gestos e práticas decoloniais (e a falta delas) nas três editoras analisadas. Na *Marea editorial*, da Argentina, considerada de médio porte nesta pesquisa, constam 130 obras publicadas no catálogo de 2022, sendo 31,5% de autoras mulheres e com 9 coleções. Com relação aos gêneros discursivos editoriais, no sentido de diversificar e ampliar os gêneros textuais que se desvinculam de certas temáticas canônicas, observamos os gêneros relacionados ao Jornalismo, História Recente e Crônicas. As obras são majoritariamente de caráter local, com memórias nacionais (Che Guevara, Ditadura Argentina e Direitos Humanos), com publicações em língua espanhola e raras em inglês.

No catálogo da *Éditions du Sextant*, da França, considerada a casa editorial de pequeno porte nesse universo de pesquisa, temos no catálogo atual de 2022, com 51 obras publicadas, sendo 37,5% de autoras mulheres e com 8 coleções. Nos gêneros discursivos editoriais, constam a maioria de ensaios e autobiografia, inclusive da própria editora e escritora Isabelle Pivert, que tem em suas *escrevivências* uma forte crítica ao sistema econômico vigente. Há um caráter universal de publicações ligadas ao anarquismo, Ciências Econômicas e Sociais, todas em língua francesa, com grande parte dos autores/as do Sul Global.

Na editora brasileira *Boitempo Editorial*, considerada a de grande porte nesse universo, são 560 obras publicadas no catálogo atual, sendo 20% de autoras mulheres e 6 coleções.

Os gêneros discursivos editoriais que constam, em sua maioria, estão o ensaio, a prosa e as crônicas. As obras têm caráter não local, mais universal, que se direcionam às Ciências Sociais e Humanas, sobretudo Marxismo e Comunismo. Encontramos apenas publicações em língua portuguesa e um selo para o público infantojuvenil, o Boitatá.

Poderíamos afirmar que há ações efetivas de publicações dessas casas editoriais, com estabelecimento de lançar o olhar para outras demandas da sociedade, muitas vezes silenciadas e esquecidas. De certa forma, podemos apontar que o “fazer editorial” dessas mulheres-editoras-independentes apresentadas deparam com uma projeção, muitas vezes acidentada, que coincide com as predileções e os âmbitos vocacionais por elas apontados, já que em muitas publicações há um efeito visado, mas não previsto, por isso acreditamos que o sintagma “edição de si” acompanha essa incompletude nos diversos sentidos discursivos e editoriais, já que não há um catálogo pronto, há tentativas de um percurso e de livros a serem feitos, de edições constantes e inacabadas – de si, da casa editorial, de ambas. Nessa “personificação” entre projeções, “edição de si” é conceito “guarda-chuva” para ancorar um processo que evidencia a incompletude do ser e da instituição.

Ainda nessa retrospectiva, apontamos o fato de termos conseguido abarcar, em certa medida, a necessidade de incorporarmos gestos, práticas, posturas decoloniais para que pesquisadores/as do Sul Global possam adentrar outros territórios e contribuir para uma equidade de abordagens e de gênero. Apontar as práticas, mesmo que breves, do cenário editorial de três países com distintas formações nos deixou em estado de alerta para a urgência de se repensar o campo editorial. Apreendemos com as mulheres-editoras-independentes Ivana Jinkings (Brasil), Constanza Brunet (Argentina) e Isabelle Pivert (França) que alguns gestos começam

a ser feitos, mas, às vezes, não se sustentam e, de certa forma, continuam a reproduzir certas matrizes sexistas e mercadológicas que não se diferem de empresas conglomeradas. Ao nos interrogamos se essas mulheres-editoras-independentes, mesmo progressistas e feministas, estão dando oportunidade para que mulheres subalternizadas pudessem ampliar suas vivências e serem publicadas em suas casas editoriais, nossa resposta é de que “ainda não”. Observamos gestos, posturas, estímulos a outras mulheres por parte das mulheres-editoras-independentes, mas a maioria dessas escritoras já publicada possui capital simbólico e cultural já conhecidos por parte dos/as leitores/as. Nessa esfera de práticas e gestos feministas decoloniais, um árduo caminho ainda precisa ser trilhado.

No entanto, o catálogo como um todo está em consonância com uma postura decolonial, na tentativa de superação da colonialidade do poder, do saber, do ser, haja visto os gêneros discursivos editoriais incorporados ao catálogo, que fogem do conhecimento universalista. Percebemos, portanto, publicações que debatem os sistemas econômicos vigentes e, mais do que isso, escutamos das próprias criadoras desses catálogos os desafios que é estarem inseridas nessa instância, de colocar para circular no mercado de bens simbólicos, livros que estimulam a bibliodiversidade.

Em um sentido político, apesar de não desvincularmos feminismo e política da prática editorial, publicações e posturas que incorporam visões interseccionais, de raça e de classe, começam a mudar o cenário de publicações. Enfatizamos as publicações que conseguem trazer bibliodiversidade ao meio literário, editorial, acadêmico, social e, por isso, fazem dessas mulheres-editoras-independentes uma potência para se pensar uma edição de livros que faça eco a uma possível agenda futura.

## 7 CONSIDERAÇÕES

Nesse processo intersubjetivo proporcionado pela entrevista, valores éticos e estéticos são colocados à tona, como também o lugar de protagonismo das entrevistadas em suas próprias vidas, especialmente, quando existe uma narrativa que, ao longo da vida, foi silenciada, ou quando sabem que esses relatos ganharão leitores e registro para uma memória em formação, sobretudo, no quesito de um acervo ainda ínfimo sobre mulheres que editam livros. Não estamos nos referindo apenas a uma abordagem qualitativa, de um método, mas uma ferramenta de pesquisa, de perspectivas, de pautas, de agendas a serem realizadas. É gesto decolonial utilizar entrevistas semiestruturadas, principalmente para se repensar a AD com vistas a abranger seus sujeitos e repensar urgências contemporâneas. Podemos pensar nesses fragmentos de si coletados por meio de entrevistas como ampliação de vozes silenciadas, subalternizadas, marginalizadas. Enfatizamos o caráter de validade desse conhecimento, que ganha uma forma estratégica de divulgação, já que possibilita ao outro consentir a sua fala, fazendo eco e sendo ampliada, e cuja imbricação público x privado estimula a divulgação de conhecimento. Dessa forma, é momento de trazer à luz saberes que possam romper com os já consagrados regimes de verdade, como forma de resistência, de uma visão libertadora de pesquisa, cujos saberes possam reexistir.

Muito mais do que trazer esse olhar crítico às casas editoriais e às mulheres-editoras-independentes, nosso objetivo foi trazer também essas mulheres que estão à frente de suas casas editoriais, que levam publicações diversas a um público leitor já formado e/ou que estão em formação. Dessa forma, ressaltamos o ineditismo em trazer um levantamento acerca dessas mulheres-editoras-independentes e criadoras de seus próprios catálogos, principalmente com publicações de política progressista, em um lugar ainda marcado pelo sexismo.

Apesar das contradições, ambivalências e dicotomias comuns ao campo editorial, “editar” é ferramenta de resistência; “editar a si, editar o mundo” são potências para reexistir. Editar livros, principalmente em uma perspectiva decolonial independente, como um lugar a se chegar, é possibilitar a extensão da memória, da imaginação, é propor a bibliodiversidade a uma sociedade.

## REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. (org). *Imagem de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

BERTAUX, D. *Le récit de vie*. 2. ed. Paris: Armand Colin, 1997.

- COLLEU, G. *Editores independentes: da idade da razão à ofensiva?* Trad. Márcia Atálla Pietroluongo. Rio de Janeiro: Livre – Liga Brasileira de Editoras, 2007.
- CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 15-31.
- FANON, F. *Alienação e liberdade*. Escritos psiquiátricos. São Paulo. UBU Editora: 2020.
- EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, M. A. (org.). *Representações performáticas Brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- HAWKINS, H. For *Creative Geographies*. Geography, Visual Arts and the Making of Worlds, New York, Routledge, 2013.
- LORDE, A. “The Master’s Tools Will Never Dismantle the Master’s House.” 1984, *Sister Outsider: Essays and Speeches*. Ed. Berkeley, CA: Crossing Press, 2007, p.110-114.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, set./dez. 2014.
- LUGONES, M. Subjetividade escrava, colonialidade de gênero, marginalidade e múltiplas opressões. In: MARIM, C.; CASTRO, S. (org.). *Políticas de resistência: homenagem à Maria Lugones*. Fundação Fênix: Porto Alegre, 2020a. 17-42.
- LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLANDA, H. B. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020b. p. 103-119.
- MACHADO, I. L. *Reflexões sobre uma corrente da análise do discurso e sua aplicação em narrativas de vida*. Coimbra: Grácio Editor, 2016.
- MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-25.
- MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (eds.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-168. Disponível em: <https://bit.ly/3gs6Fo4>. Acesso em: 17 set. 2023.
- MUNIZ JR., J. *Girafas e bonsais: editores “independentes” na Argentina e no Brasil (1991-2015)*. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3EPJIEs>. Acesso em: 3 set. 2023.
- NOSSIK, S. Introduction: Le récit de soi entre conformisme et émancipation. *Semen*, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3AA6sWG>. Acesso em: 15 set. 2023.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- PAVEAU, M. *Une analyse du discours contre-hégémonique*. Intersectionnalité critique et pluriversalité décoloniale. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3hUvTX>. Acesso em: 29 set. 2022.
- PIRON, F. *Les récits de vie peuvent-ils être des outils de changement social et de résistance aux injustices épistémiques?* n.d. Disponível em: <https://bit.ly/3EunarF>. Acesso em: 14 fev. 2022.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RIBEIRO, A. E. Editoriales y editoras en Brasil hoy. Dos casos contemporâneos: chão da feira y relicário. *Lectora*, v. 25, p. 227-240, 2019.

SANTANA-GOMES, L. *Mulheres-editoras-independentes e as edições de si*. 2022. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagens) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

VERGÈS, F. *Um feminismo decolonial*. Trad. Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.



**Recebido em 15/02/2023. Aceito em 11/08/2023.**